

42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT13- Gênero, trabalho e família

Refletindo sobre autonomia feminina em contextos de pobreza urbana

Silvana Mariano (UEL)

Márcio Ferreira de Souza (UFU)

Lina Penati Ferreira (UEL)

Refletindo sobre autonomia feminina em contextos de pobreza urbana

Silvana Mariano - UEL¹
Márcio Ferreira de Souza - UFU²
Lina Penati Ferreira - UEL³

Agências de fomento:
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do
Estado do Paraná

Resumo: Este trabalho se insere nas discussões que envolvem agência e individualidade nas teorias sociais e feministas, abordando especificamente o problema da autonomia feminina. O objetivo central é compreender o contexto material e simbólico de produção da autonomia de mulheres negras em situação de pobreza, em grandes centros urbanos, com base na perspectiva interseccional que leva em consideração em especial os cruzamentos de gênero com raça e classe. Utilizamos os dados primários elaborados pela pesquisa “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza” a partir de entrevistas narrativas com mulheres em cinco capitais brasileiras (Salvador, Belém, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte). Neste *paper* analisamos especificamente as entrevistas realizadas com mulheres negras nas cinco capitais, a partir de três grandes eixos orientadores: autonomia e agência, escolaridade e trabalho pago e não pago. Nossas análises apontam que apesar das adversidades e obstáculos, as mulheres negras em situação de pobreza, encontram brechas de autonomia e agência em suas trajetórias, que se revelam nas práticas sociais, bem como nos planejamentos e perspectivas futuras de vida.

Palavras-chave: autonomia feminina; mulheres; pobreza; agência; interseccionalidades.

¹Universidade Estadual de Londrina, doutora em Sociologia pela UNICAMP e professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

² Universidade Federal de Uberlândia, doutor em Sociologia pela UFMG e professor associado do Instituto de Ciências Sociais da UFU.

³ Universidade Estadual de Londrina, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL.

Introdução

Este trabalho trata da problematização a respeito das relações entre agência e individualidade para abordar a autonomia de mulheres em situação de pobreza. Nessa empreitada, adotamos perspectivas críticas feministas, embasando-nos em discussões travadas por intelectuais feministas de diferentes nacionalidades e matizes teóricos que buscaram apresentar um novo ponto de vista acerca dos olhares que emergiram sobre o indivíduo e a individualidade na modernidade.

O objetivo deste *paperé* compreender o contexto material e simbólico de produção da autonomia de mulheres negras em situação de pobreza, em grandes centros urbanos, com base na perspectiva interseccional que leva em consideração em especial os cruzamentos de gênero com raça e classe. Para produzir tal compreensão, valemo-nos da perspectiva realista, proposta por Archer (2000; 2011), para quem “o problema central ao se teorizar sobre agência diz respeito a como conceituar o agente humano como alguém que é parcialmente formado por sua socialidade (*sociality*), mas que também tem a capacidade de transformar parcialmente sua sociedade” (ARCHER, 2000, p. 52).

O ponto de partida para a reflexão sobre autonomia localiza-se em um campo de oposição que nos conduz ao questionamento sobre a que a autonomia se contrapõe. Interessa-nos tratar da autonomia tanto em sua dimensão sociológica quanto política, considerando-se as contribuições feministas que têm levado a cabo a abordagem crítica e desconstrucionista do termo. Concordando com bellhooks (2015), tomamos em conta sua crítica ao uso da noção de opressão, como oposição à autonomia. Pensando no contexto norte-americano, hooks propõe que “exploração” e “discriminação” seriam termos mais apropriados para abarcar a realidade da maioria das mulheres. “Opressão”, para a autora, supõe uma universalidade entre as mulheres que não deixa espaço para a diversidade de experiências, como as de classe e raça. A autora entende, ainda, “opressão” como “ausência de opções” e, nesta sociedade, muitas mulheres têm escolhas, mesmo que possam ser inadequadas. Mulheres brancas, escolarizadas e de classes abastadas têm certas opções disponíveis, quando comparadas às mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade (HOOKS, 2015).

As estratégias para a ampliação das opções das mulheres, porém, podem envolver uma série de possíveis arranjos. hooks (2015), por exemplo, critica certo viés feminista que vê no mundo do trabalho a ampliação da liberdade das mulheres e levanta questões

sobre o tipo de trabalho e sobre o trabalho doméstico e de cuidado, tendo em mente que as reivindicações pela inserção das mulheres no mercado de trabalho têm viés de classe e de raça. Mulheres pobres e negras sempre exerceram atividade remunerada. A condição de ser dona de casa, vista como opressora em obras como de Betty Friedan (FRIEDAN, 1971), poder ser vista como um desejo por parte das mulheres negras e pobres, como nos alerta hooks (2015).

As análises desenvolvidas neste espaço usam dados primários produzidos pela pesquisa “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”. Os dados são derivados de entrevistas individuais realizadas em 4 capitais brasileiras mais o Distrito Federal (Salvador, Belém, Porto Alegre, Distrito Federal e Belo Horizonte), sendo cada cidade localizada em uma região do país. As entrevistas, com duração aproximada entre 20 e 40 minutos, foram realizadas em instalações dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), entre os meses de abril e julho deste ano (2018), e resultaram em um total de 92 casos. A abordagem com as possíveis entrevistadas era feita pelas pesquisadoras na maior parte das vezes, salvo exceções, em que a equipe do CRAS colaborava nessa etapa. Vale destacar que, nessas ocasiões, as mulheres se tornavam mais receptivas a nos conceder seu tempo. Considerando o objetivo deste trabalho, foram selecionadas apenas as entrevistas com mulheres negras, resultando, assim em uma amostragem de 60 casos.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo a primeira conduzida por um questionário resumido, para registro de informações factuais (idade, cor, escolaridade, ocupação, renda, quantidade de filhos, composição do domicílio etc.), e a segunda sendo uma entrevista em profundidade. Esse roteiro de entrevista foi orientado com base na técnica de pesquisa narrativa que, segundo Flick (2009), permite abordar a fonte de conhecimento empírico de forma estruturada pelo próprio informante. Em um primeiro momento, fazíamos uma pergunta gerativa que tinha como objetivo estimular uma narrativa criada pela própria entrevistada a partir das questões levantadas. Depois da primeira resposta, passávamos a estimular a entrevistada a partir de um roteiro semiestruturado.

Os resultados aqui discutidos estão organizados em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais: 1) a primeira sessão é dedicada a uma síntese, com base em teorias sociológicas e estudos feministas, acerca de concepções como

autonomia, agência e individualização; 2) a segunda sessão trata das práticas sociais e dos valores das mulheres entrevistadas acerca das relações de gênero e da auto definição de mulher; 3) a terceira sessão trata das experiências dessas mulheres com o campo da educação, relacionando seus níveis de escolaridade ao tema da autonomia feminina; 4) a quarta sessão discute as formas de participação dessas mulheres no mundo do trabalho, seus desafios e suas estratégias para a conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Nessas três sessões, parte-se das interpretações das mulheres para produzir uma “descrição dessa” na compreensão sociológica desses contextos.

Contribuições das teorias sociais e feministas sobre autonomia e agência

Desde seus primeiros escritos, os estudos feministas têm suscitado novos olhares enriquecedores para o conhecimento do mundo social. Valendo-nos da fecundidade dessas produções, este trabalho mobiliza o uso de autoras do campo do feminismo negro, da sociologia da família e a abordagem das capacidades, a fim de acessar as percepções que nossas entrevistadas apresentam sobre suas trajetórias e aspirações de vida, observando um repertório de narrativas que interconectam as relações de gênero, de classe, de trabalho e de família. Estamos, portanto, considerando os contextos específicos nos quais são tecidos os entrecruzamentos entre individualização e classe social, considerando o acúmulo dos estudos brasileiros que apontam para a situação de maior individualização nas camadas médias e maior ênfase em projetos ou interesses coletivos entre as famílias das camadas populares (SARTI, 2004).

A discussão sobre agência, bem como sobre individualidade, são centrais para os estudos sobre autonomia. Como pensar a agência, aportando-se em uma teoria da individualidade, sem aderir a concepções que sustentam e legitimam a competitividade individual? Pelo menos desde Durkheim (1977), a teoria sociológica lida com a distinção entre liberdade individual e individualismo utilitarista, ou, ainda, como encontramos em J. Rawls (RAWLS, 2008) e em A. Sen (SEN, 2001), a defesa da liberdade individual não pressupõe a adesão aos princípios da meritocracia.

É relevante a ressalva feita por muitas feministas críticas à aderência entre feminismo e liberalismo. Porém, há uma longa tradição teórica que nos dá o suporte necessário para se evitar tais riscos. Mais do que isto, consideramos que existem poucas

razões para se supor, no plano teórico e político, a associação automática entre liberdade individual e meritocracia ou competitividade individual.

Marta Nussbaum (2002) nos oferece uma importante contribuição para a defesa do reconhecimento das mulheres em sua dimensão individual. Nussbaum (2002) analisa a situação das mulheres dos países, em desenvolvimento em comparação às mulheres de países de Estado de Bem Estar Social, em estágio de convivência com as demandas pós-materialistas, e indica a necessidade de uma pauta feminista que abarque as experiências, as necessidades e os interesses também das primeiras. As reivindicações de mulheres em situação de pobreza estão voltadas para o atendimento às imediatas condições materiais. Daí a emergência, no feminismo, de temas como a fome, a nutrição, os direitos sobre a alfabetização, sobre a terra, ao acesso ao trabalho extradomiciliar e os direitos das crianças, por meio do combate ao matrimônio e trabalho infantis. Nos países em desenvolvimento, a autonomia das mulheres exige uma inversão da lógica das políticas de combate à pobreza e das políticas de desenvolvimento, tendo em vista que estas geralmente tomam as mulheres “como meros instrumentos para os fins dos outros” (NUSSBAUM, 2002, p. 28; tradução nossa), o que envolve sua oferta de cuidado. Nesse sentido, Nussbaum atenta para a importância de que as mulheres sejam consideradas “como um fim em si mesmas, como pessoas com dignidade que merecem respeito por parte das leis e das instituições” (NUSSBAUM, 2002, p. 28; tradução nossa).

Para o contexto brasileiro, os estudos de C. Sarti (2004, p. 44), nos oferecem alguns parâmetros sobre mulheres em situação de pobreza:

Pesquisas etnográficas sobre os pobres urbanos, desenvolvidas nos anos 1980, momento de efervescência do movimento feminista no Brasil, demonstraram que, para as mulheres pobres, a questão ontológica do ser mulher se fundava no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistia como uma realidade autônoma, com significação em si. Evidenciava-se o descompasso entre seu discurso e aquele do feminismo que se instituía no Brasil, o que aponta para a relevância social e política de pensar os limites do feminismo em sua perspectiva universalista.

Nossas análises dos dados da atual pesquisa, bem como o acúmulo de nossas pesquisas anteriores, têm identificado modificações nesses padrões apontados por Sarti (2004). Ainda que elas não coloquem como reivindicações, parece-nos que os chamados temas das demandas materiais e imateriais podem coexistir entre essas mulheres.

A adoção de um recorte de classe, ao buscar a compreensão dos contextos das mulheres em situação de pobreza, exige a escolha de alguma concepção de classe social. bellhooks (2015) propõe que se pense classe fora do esquema de interpretação de Marx e que se considere os comportamentos, as expectativas de futuro e as formas de ação. Neste aspecto, pensar classe social nos termos propostos por Bourdieu (2007) abre possibilidades de análise capazes de apreender e explicar essas vivências de classe.

A sociologia de Bourdieu (2007) já foi amplamente criticada por seu destaque às estruturas, em que pese sua declaração em contrário no sentido de elaborar uma teoria sociológica capaz de resolver os problemas da dualidade entre estrutura e agente. Apesar dessas críticas, julgamos que um uso cuidadoso dos esquemas analíticos de Bourdieu pode nos auxiliar nesta direção proposta por hooks. O conceito de *habitus* de classe é central neste aspecto e se associa à preocupação também destacada por bellhooks. Podemos traduzir tal preocupação na proposta de se pensar classe social de modo a articular suas dimensões econômicas e culturais, objetivas e subjetivas. Pensar em uma sociologia das práticas sociais é algo promissor nos estudos de Bourdieu. Desse modo, para o autor, *habitus* de classe é um “princípio unificador e gerador das práticas” e diz respeito à “forma incorporada da condição de classe dos condicionantes que ela impõe”. Trata-se de um sistema de disposições homogêneas que corresponde às práticas e propriedades comuns. Para Bourdieu, a construção de classes, como recurso analítico adotado pelo sociólogo, deve “levar em consideração de modo consciente (...) a rede das características secundárias manipuladas (...) [e] apreender a origem das divisões objetivas, ou seja, incorporadas ou objetivadas em propriedades distintas”(BOURDIEU, 2007, p. 101). Classe social para Bourdieu corresponde à diversidade das práticas e, portanto, à multiplicidade das determinações, ou sobredeterminações, incluindo, para além da dimensão socioprofissional, dimensões como identidade sexual e envelhecimento.

Quanto à sobredeterminação entre gênero e raça, Bourdieu considera:

As propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes sociais, a divisão do trabalho entre os sexos assumam formas completamente diferentes, tanto nas práticas quanto nas representações. A verdade de uma classe ou de uma

fração de classe exprime-se, portanto, em sua distribuição segundo o sexo ou a idade, talvez, ainda mais, por tratar-se de seu futuro, na evolução desta distribuição no decorrer do tempo: as posições mais baixas designam-se pelo fato de comportarem uma parcela importante - e crescente - de estrangeiros e/ou de mulheres (operários sem qualificação, trabalhadores braçais) ou de mulheres estrangeiras (faxineiras); do mesmo modo, não é por acaso que as profissões de serviço e de cuidados pessoais, serviços médico-sociais, estabelecimentos de cuidados pessoais - antigos, tais como os cabeleireiros; e novos, por exemplo, as esteticistas - e, sobretudo, serviços domésticos que acumulam as duas dimensões da definição tradicional das tarefas femininas, ou seja, o serviço e a casa, são praticamente reservados às mulheres (BOURDIEU, 2007, 102-3).

O sentido adotado por Bourdieu para tratar da construção das classes sociais é útil para os propósitos deste trabalho focado nas práticas sociais, na medida em que articula as dimensões econômicas e culturais. No entanto, o conceito de *habitus* não é adotado em nossa análise diante de nossa escolha pela perspectiva realista, ou morfogenética, de Margaret Archer (2000; 2011), o que nos oferece maior fluidez para pensarmos essa relação entre estrutura e agente. Deste modo, substituímos também a noção de determinação em Bourdieu pela noção de condicionamentos sociais, adotada por Giddens (2009) e Archer (2000; 2011). Assim, no lugar de sobredeterminação, estaremos tratando das interseccionalidades.

Nas sessões seguintes passaremos pela discussão de autonomia feminina destacando três grandes eixos de análise: agência, trabalho pago e não pago e escolarização.

Agenciamento e individualização nas práticas sociais de mulheres negras em situação de pobreza

Enfrentar as reflexões sobre autonomia feminina exige de nós uma abordagem sociológica que tome em consideração os contextos materiais e simbólicos nos quais as práticas sociais das mulheres são produzidas, vivenciadas e transformadas. Ao lançar nossos olhares sobre esses contextos, estamos levando em consideração as críticas que estudiosas feministas dirigiram às noções de liberdade individual, como manifestação da autonomia, tal como fora tradicionalmente abordada pelo pensamento liberal. Ao expor as limitações de uma abordagem que é abstrata, generalizante e universalizante, os estudos feministas invocaram a necessidade de abordagens contextualizadas e

informadas, que levem em consideração as relações de poder que afetam as liberdades individuais, logo, condicionam a autonomia e, por conseguinte, circunscrevem as próprias possibilidades de realização das escolhas.

Este tema envolve uma problemática política, relativa às escolhas individuais, ou, nos termos de Nussbaum (2002), a formação das preferências, e envolve, também, uma problemática sociológica, relativa à agência humana. Para os nossos propósitos neste *paper* vamos nos focar no aspecto sociológico do problema e, sempre que possível, lançaremos mão também de sua dimensão política, dado que tal divisão demarca basicamente diferentes formas de construção das nossas perguntas de pesquisa.

Sobre a noção de autonomia, tomamos de empréstimo a seguinte compreensão: “uma ‘capacidade’ constitutiva do que é ser um agente moral, ‘uma capacidade que nós temos a responsabilidade de exercer e que fundamenta nossa noção de que temos uma personalidade’, que faz ‘minha vida *minha*’ (DWORKIN, 1988, p. 32 *apud* BIROLI, 2016, p. 41-2). Agregando à abordagem das capacidades de Nussbaum (2002), a ampliação da autonomia envolve a abertura de um leque mais amplo de possibilidades tangíveis para escolhas pessoais.

Uma vez que a liberdade individual, as escolhas e a formação de preferências devem ser compreendidas em seus contextos, as próprias experiências, ou práticas sociais das mulheres, devem ser compreendidas em sua especificidade. Nossa abordagem, portanto, se distancia de leituras que universalizam as mulheres e se foca nos contextos materiais e simbólicos das mulheres negras, pobres e residentes em grandes centros urbanos nas capitais brasileiras. Esta escolha é consequente com as críticas do feminismo negro e dos estudos interseccionais e, para tanto, delimita seu escopo de análise a um nível meso sociológico. Ao adotar este nível, as análises que aqui empreendemos buscam regularidades, ou similitudes, entre as práticas sociais das mulheres envolvidas na pesquisa.

Este procedimento deixa de captar a riqueza das variações individuais, o que Lahire (2004) chega a acusar de “passar uma lixa” naqueles eventos ou situações que são divergentes ou contraditórios. No entanto, assumimos o prejuízo de perder o refinamento da abordagem disposicionalista, com a compreensão mais aprofundada dos retratos sociológicos, com o intuito de alcançar tanto a *variabilidade* quanto a *regularidade* sociais. Conforme Archer (2011, p. 179) “para dar conta tanto da variabilidade como da regularidade nos cursos de ação tomados por aqueles situados em posições similares, é

preciso reconhecer nossa singularidade como *pessoas*, sem negar que nossa socialidade seja essencial para que sejamos reconhecíveis como *pessoas humanas*”.

Para a análise dos relatos de vida que colhemos com mulheres negras e pobres, estamos recorrendo a uma combinação da teoria da estruturação, nos termos de Anthony Giddens (2009), com a morfogênese, nos termos de Margaret Archer (2011). Em que pesem algumas distinções entre esses autores, o que nos interessa nesta oportunidade é a ênfase que ambos dedicam à reflexividade e, logo, a importância dada à ação e a moldura analítica para o estudo sociológico das práticas sociais. Em Giddens (2009, p. XVII), é relevante sua “rejeição da tendência do consenso ortodoxo de ver o comportamento humano como o resultado de forças que os atores não controlam nem compreendem”. Por outro lado, valemo-nos das contribuições de Archer com o intuito de evitar os riscos de uma sociologia que possa exagerar a capacidade de ação do agente e, ainda, o risco que Archer aponta em Giddens de nivelar todos os atores e ações. Conforme Archer (2011, p. 160-1),

Como uma moldura explicativa, a abordagem morfogenética endossa uma ontologia estratificada para estruturas (Archer, 1995), culturas (Archer, 1988) e agentes (Archer, 2000), dado que todas possuem propriedades e poderes emergentes e irreduzíveis – e explica todo resultado social como o produto de suas relações. Os resultados, que podem ser amplamente reprodutivos ou largamente transformativos, dependem do entrelaçamento da estrutura, da cultura e da agência, mas sem considerá-las inseparáveis.

Com esses referenciais, valemo-nos da dupla hermenêutica (GIDDENS, 2009) e da dupla morfogênese (ARCHER, 2011), a fim de produzir uma “descrição densa” sobre a prática social das mulheres participantes da pesquisa e, ao fazê-lo, nossa interpretação deve alcançar as dimensões pessoais, culturais e estruturais. Para Archer (2011, p. 179),

A única maneira de explicar com alguma precisão o que as pessoas fazem, em vez de recorrer a correlações entre pertencimento grupal e padrões de ação, cujo poder de explicação, via de regra, deixa a desejar, será atingir o equilíbrio certo entre poderes emergentes pessoais, culturais e estruturais.

O ato de nos debruçar sobre os relatos de vida das nossas entrevistadas⁴ nos permite apreender a vivência dessas mulheres e o modo como elas percebem a situação de ser mulher, pobre e negra. As interpretações que elas fazem sobre sua condição social

⁴Os nomes utilizados são fictícios e a informação sobre os respectivos níveis de escolaridade será abreviada, correspondendo a: EFI (Ensino fundamental incompleto), EFC (Ensino fundamental completo), EMI (Ensino médio incompleto) e EMC (Ensino médio completo).

estão atravessadas pelos pertencimentos de classe, de gênero e de raça. Apesar das intersecções entre esses três eixos, a definição de si é fortemente marcada pela vivência como mulheres e a interpretação que fazem de si e das demais mulheres enfatiza as capacidades femininas em diferentes formas de ação:

Marcela: Mulher é lutar pelos seus filhos, mulher é ser guerreira, é trabalhar. Conseguir tudo que você quer e, principalmente, nunca dizer assim: “ah você não pode” você sempre pode, do bom e do melhor você dá para seus filhos é o principal e pra você também, nunca ficar dependendo de homem e de ninguém. (Salvador, 27 anos, E.M. completo, 2 filhos)

Rita: o lado positivo... o lado positivo é que a gente mulher, é uma pessoa que luta bravamente, é guerreira, entendeu? Num reclama porque mulher num reclama; por que o que é reclamar, né? Reclamar é você ficar sentada. A gente não; (...) A gente tá lá. (...) brigando, defendendo não só o nosso pão como o nosso direito também de estar ali. E tem o lado ruim de ser mulher; é muita, é muita humilhação, é homem “achochando” a mulher o tempo todo, (...) a falta de respeito, com palavrões, o estupro, marido que bate (...) e mata, entendeu? Então, pra mim o lado ruim é só esse. Mas mulher é tudo de bom. Nós dá a vida, ela dá a vida, ela cuida dos filhos, ela cuida do marido, entendeu? Ela dá amor universal, gosta de todo mundo, ainda disputa problema dos outro, né? (Salvador, 50 anos, 2 filhos, EMC)

Meire: [Mulher é] dedicada, dedica tudo, né? Tanto à família, como os filhos. Os problemas na rua, o que tu puder resolver, tu resolve. Dentro de casa, tu resolve. Então eu acho assim que é muito valorizado mulher, a gente ser mulher é muito decidido, mulher é decidida, né? (Porto Alegre, 51 anos, E.F, 3 filhos)

Aline: ser mulher é forte, é só a gente que aguenta as coisas, a gente que aguenta as coisas, só a gente... todo mundo é capaz, tanto um homem quanto uma mulher, mas só a gente, a mulher vai lá tirar força de onde não tem, pra fazer acontecer pra realizar tudo.

Entrevistadora: que tipo de coisa, por exemplo?

Aline: muita coisa, muita coisa, como eu moro assim com meus filhos (...) porque ele [o filho] é muito muito muito muito mesmo [apegado à mãe]... então tem que comer rápido pra arrumar ela; ela estuda bem perto de casa... pra mim tem que levar ele junto, se não ele fica chorando, entendeu? Ela estuda de manhã. Ela estuda de manhã, aí tem que ir pra aula, tem que confiar em alguém pra olhar eles pra mim, entendeu? [Se] eu vou estudar... eu faltei quase duas semanas na aula (...) eu não tinha onde deixar eles, entendeu? (...) o pai deles pode ir trabalhar sossegado, porque ele dorme sossegado, porque ele sabe que tem eu, entendeu? (...) se eu for estudar é porque (...) por causa que a gente pode deixar bem; porque vai que acontece uma tragédia, porque acontece alguma coisa errada e vai que meu filho tropeça cai da escada, entendeu? Então tipo, é eu voltar dirigir, eu não dirijo, o pai dele dirige (...) ai ele falava pra mim: “aqui no trânsito a gente tá vendo o carro que vem lá distante”; e assim, a gente tá aqui hoje almoçando, a gente tá

pensando (...) como vai ser o final do mês? Entendeu? Aí, às vezes quando eu tô com raiva, eu digo, “pai é isso”, (...) muita coisa.

Entrevistadora: então ser mulher pra você é ser mãe?

Isabel: não, ser mulher pra mim é ser forte, ser guerreira, porque mulher aguenta muito mais do que homens (Belém, 25 anos, E.S. em andamento, 2 filhos).

Sara: Pra mim, eu preferia ter nascido homem, pra não passar o que eu passo hoje. Porque é tudo, muita coisa pra uma pessoa só, sexo feminino é muita coisa, pra uma pessoa só (...) Em termos do trabalho mesmo, trabalho tudo mundo faz que dá ponto. Aí não porque a empresa ficha você, não pode fichar eu por ser mulher? Por que o serviço é pesado? Não! Aí tem outro de limpar o chão, não vai fichar o homem porque é do sexo oposto [ao] feminino?! (Brasília, 33 anos, E.F, 4 filhos).

Alguns fatores sintetizam as experiências dessas mulheres: as similitudes na condição de mulheres negras e pobres; as responsabilidades sociais, notadamente em relação à maternidade e aos cuidados; uma noção de individualidade relativamente demarcada; as ambiguidades entre a valorização da condição social ocupada e a constatação crítica quanto às violências, discriminações e preconceitos enfrentados. Em seu conjunto, essas interpretações também tocam os diferentes poderes de que trata Archer (2011): pessoais, quando elas se afirmam como agentes; culturais, quando elas invocam padrões sociais; e estruturais, quando destacam os condicionantes, geralmente negativos, que circunscrevem suas ações.

Essas mulheres também evidenciam formas de individualização (cuidar de si mesma, ser responsável por si e não depender de homem), de modo que seria um equívoco a interpretação de que tal fenômeno não caracteriza a situação das mulheres das classes populares ou mesmo mulheres pobres. No entanto, tal individualização não se coloca em tensão com as responsabilidades com os outros, geralmente os filhos e, por vezes mesmo o marido, também demandante de cuidados, como observam nossas entrevistadas. Essa situação pode ser compreendida pelo referencial da “ética do cuidado”, nos termos de Carol Gilligan. Como Flávia Biroli aponta, em alusão aos resultados da pesquisa de Gilligan, “a responsabilidade para com os outros é equacionada juntamente com a responsabilidade para consigo mesmas, permitindo ‘fazer o que você quer porque você sente que suas aspirações e necessidades são importante’” (GILLIGAN, 1982, p. 94 *apud* BIROLI, 2016, p. 36).

Entre os condicionantes, essas mulheres refletem sobre as dificuldades geradas com a escassez de tempo para uso próprio, o tempo dedicado aos cuidados, a divisão sexual de papéis e a divisão sexual do trabalho, a ausência de serviços públicos, notadamente as creches, bem como as desigualdades no mercado de trabalho. A condição de mulher negra aparece em suas análises frequentemente associada à discriminação no trabalho. Contudo, esse pertencimento também condiciona as experiências em outras dimensões da vida social, como notamos na seguinte entrevista:

Tânia: eu morei com um rapaz e ele me trocou por outra mulher. Porque no Pelourinho, tem mais o que? Negros, né? Mas... essa é a cor do Pelourinho, mas é chegado em que? Negros. Então, ele pegou me trocou por uma mulher que veio de fora, uma mulher branca, aí eu fiquei só com meus filhos (Salvador, 46 anos, 5 filhos, EM-EJA).

As condições de classe, de gênero e de raça são indissociáveis para a compreensão desse fenômeno de mulheres negras e pobres responsabilizadas individual e privativamente pelos cuidados com os filhos. Autoras como hooks (2015), Angela Davis (2016) e Kimberlé Creenshaw (2002), destacam o fato de que nem sempre gênero é o fator mais determinante da experiência das mulheres, incluindo as experiências de exploração e discriminação. Pensando especialmente no trabalho de campo em Salvador, o cotidiano dessas mulheres parece de fato, em suas narrativas, mais atravessado pela condição de classe e de raça, pelo menos quanto à questão da exploração e da discriminação.

No conjunto das entrevistas nas 5 capitais brasileiras, destaca-se um enfoque otimista dessas mulheres quanto à condição de gênero. Mesmo relatando experiências de exclusões e de desvantagens sociais, no geral elas não ecoam um discurso de vitimização feminina. Ao contrário, elas geralmente associam “mulher” como seres fortes, “guerreiras” e responsáveis. Tais narrativas são também fundadas em percepções de gênero, um certo modo de ser mulher; mas não é uma percepção que associa mulher à subordinação, em que pese os vários relatos de violência de gênero.

A realização de escolhas, ou a capacidade de ação, dessas mulheres, aparece em temas que são emblemáticos do ponto de vista das relações de gênero: a saída da casa dos pais, familiares ou patrões e a conquista de sua própria casa, mesmo que seja uma habitação subnormal em área de ocupação irregular, como frequentemente encontramos; a formação e dissolução de casamentos; e o consumo, ou planejamento financeiro.

Rita: bom, eu nasci em outubro de 1967, entendeu? Sou filha de lavradores, né, semianalfabetos, os dois, é... tinha um sítio e que naquela época sítio era o que realmente as pessoas nessa época... (...) o

pai do meu pai era escravo, veio num navio negreiro que aportou aí. O pai da minha mãe também e viveu lá, por isso que eles sempre viveram lá no interior, nunca vieram pra cidade, porque não se adaptaram numa cidade (...) aí veio eu, a filha mais velha de minha mãe, né, entendeu? E cinco anos de idade depois veio mais dois irmãos e eu continuei sendo a filha, né, aí com 11 anos eu resolvi ser dona do meu nariz. Fui embora de casa, nunca mais voltei pra morar com meus pais porque com 16 anos fui pro Rio de Janeiro, depois do Rio de Janeiro eu voltei, chegou em oitenta, é... noventa, eu fui morar pra São Paulo; retornei de São Paulo agora em 2015 (Salvador, 50 anos, 2 filhos, EMC).

Viviane: Assim, eles [a família] me vê como fosse, tipo, mão de ferro. Porque eu costumo ser... a gente falar assim... a gente não pode agir até onde a perna não alcança. Então tem que ser tudo planejado. Lá em casa a gente não compra uma coisa, se não for planejada. A gente vai lá faz o orçamento, se dá pra comprar, a gente compra! Se não der, a gente espera. A não ser que seja uma coisa assim, essencial, tem que comprar porque não tem como passar. Aí, a gente vai lá e faz um esforço mesmo que falte um pouquinho. Mas, nada de exagero! A gente não costuma desperdiçar nada, a gente é bem. Meu marido fala que eu sou econômica até demais (Brasília, 34 anos, casada, EF, 3 filhos).

Muito frequentemente essas mulheres analisam suas oportunidades e as escolhas a elas disponíveis comparativamente às experiências das gerações anteriores, especialmente na comparação com suas mães, introduzindo, assim, a questão geracional como um dos fatores para a compreensão das mudanças nos padrões de gênero.

As mulheres envolvidas em nossa pesquisa, mesmo em contextos de vulnerabilidades, atuam como agentes e valorizam a maior faixa de autonomia que julgam ter conquistado. A proposição de Archer (2011, p. 166) nos é útil para a compreensão dessa dualidade:

Três condições são necessárias para que as influências condicionantes das propriedades estruturais e culturais possam *exercer seus poderes* na forma de constrangimentos ou incentivos. (...)

1. “tais poderes dependem da existência de projetos humanos”.
2. “deve haver uma relação de congruência ou incongruência, respectivamente, com os projetos agênticos particulares.”
3. “os agentes precisam reagir a essas influências que, sendo mais condicionais que determinísticas, estão sujeitas a deliberações de natureza reflexiva com relação à natureza da resposta, e seus poderes pessoais incluem as habilidades de resisti-las ou driblá-las”.

A experiência da maternidade, por seu turno, é um campo repleto de ambiguidades e que requer uma análise mais apurada em trabalho específico sobre o tema. Misturam-se relatos de escolha orientada pelo desejo de ser mãe com a resignação diante de um suposto destino natural das mulheres. As contradições que marcam esse território são compreensíveis diante das próprias contradições produzidas no

entrecruzamento de gênero, classe e raça. Angela Davis (2016, p.12), ao tratar do legado da escravidão, denuncia como a “exaltação ideológica da maternidade”, naquele contexto, “não se estendia às escravas”, como, portanto, tal representação contém um viés racial. Esse legado, também constitutivo da história brasileira, exige que nossos estudos se atentem para os enquadramentos analíticos, a fim de se evitar tal viés.

Trabalho pago e não pago nas experiências das mulheres negras e pobres

Para hooks (2015), o trabalho remunerado como libertação em relação ao trabalho doméstico incorpora a realidade de pequena parcela das mulheres. Para muitas outras a dupla jornada de trabalho é definidora de suas experiências. A entrevistadas revelaram as tensões, os arranjos e as estratégias nas tentativas de conciliar as responsabilidades. Como as feministas negras têm destacado, as mulheres que se libertam do trabalho doméstico o fazem transferindo-o a outras, geralmente mulheres negras, pobres e de baixa escolaridade. Essa também é a experiência relatada por as mulheres entrevistadas.

No Brasil, segundo dados da PNAD 2014, 14% das mulheres com ocupação se vinculam ao trabalho doméstico remunerado, mas essa média é ainda maior se olharmos apenas para as trabalhadoras negras, que representam 17,7% de todas as trabalhadoras dessa cor/raça (PINHEIRO et al., 2016). Entre as mulheres entrevistadas por nós nas cinco capitais, o trabalho remunerado nas atividades de doméstica e diarista é também o que mais se repete nas experiências relatadas. Além dessas atividades, funções como cuidadora/babás e serviços gerais também compõem a lista das atividades mais exercidas. O que essas atividades têm em comum é o fato de estarem ligadas ao trabalho doméstico e de cuidado, sendo ocupações ligadas à esfera feminina da tradicional divisão sexual de trabalho (HIRATA, 2010). Também apresentam como característica a informalidade e a precarização. São ocupações intermitentes, consideradas sem qualificação, com remuneração baixíssima, geralmente sem frequência previamente estabelecida e sem qualquer proteção trabalhista.

O trabalho doméstico pago é vivenciado por muitas delas desde a infância e a adolescência, constantemente marcado pela informalidade e precariedade. Uma das entrevistadas, **Vanessa** (Brasília, 27 anos, casada, 4 filhos), revelou que sua experiência com o trabalho começou por volta dos 14 anos de idade. Ela trabalhava como doméstica e residiu na casa dos patrões no interior do Maranhão. Desse modo ela conseguia ajudar

financeiramente a mãe e os irmãos mais novos. Segundo ela: “aí já comecei a trabalhar em casa de família como doméstica. Mas, assim, era bem difícil porque lá na época não assinava carteira, ainda mais que eu era de menor”. Por desentendimento com a mãe, motivado pela relação com o padrasto, ela mudou-se para Brasília, onde duas tias residiam. Em sua recente chegada a Brasília, ela trabalhou como babá e doméstica:

Vanessa: aí fui trabalhar de babá, trabalhei dois meses e aí a mulher não me pagou direito e eu saí dessa casa, né? E eu fui trabalhar de doméstica de novo, aí eu fiquei por volta de 1 ano de 2001, aí eu engravidei, aí veio meu esposo veio e eu engravidei da minha primeira filha. Aí eu não tive mais condição de trabalhar, trabalhei com 5 meses... aí as pessoas não queria pegar mulher com filho, essas coisas; e eu fiquei só em casa, e meu esposo ficou trabalhando, né? Bem difícil, a gente pagava aluguel, bem sofrido, a gente tinha que ficar mudando com criança pequena.

No relato dessa mulher, a maternidade aparece como um obstáculo no mercado de trabalho, a exemplo do que apareceu nas experiências de outras entrevistadas. Uma delas, **Tatiana** (Salvador, 38 anos, solteira, 5 filhos), revelou que o maior empecilho para conseguir trabalho tem sido a dificuldade de conciliação com o cuidado dos filhos pequenos. Ela disse não ter dificuldade em encontrar trabalho, segundo ela, “muito pelo contrário, as pessoas até me quer, mas por causa do menino eu fico afastada”. Ela mora com seus três filhos, dentre os quais há crianças menores de 5 anos de idade.

As estratégias nas tentativas de conciliação entre trabalho e família são particularmente relevantes para os arranjos familiares constituídos por mulheres com crianças. Nessas famílias, as mulheres assumem os papéis que, pela representação social convencional, seriam tradicionalmente divididos entre homens e mulheres, de “provedor” e “cuidadora”. Segundo Sorj et al (2007), o tipo de arranjo familiar influencia diretamente na participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres chefes de famílias monoparentais com crianças tem maior participação no trabalho do que aquelas com cônjuge e crianças. Assim, se as mulheres com cônjuge que estão fora do mercado de trabalho assumem em boa parte das vezes as responsabilidades pelo cuidado, aquelas que vivem em arranjos monoparentais se esbarram na conciliação, ou, na verdade sobreposição, entre ambas responsabilidades. São nessas situações que as mulheres, especialmente as que se encontram em situação de pobreza, buscam auxílio nas redes de apoio, geralmente constituídas por outras mulheres (mãe, irmã, avó, filha, vizinha). No caso de **Tatiana**, a falta dessa rede de apoio foi apontada como obstáculo para sua

entrada no mercado de trabalho, demonstrando que o serviço público como forma de apoio possível sequer se constitui em possibilidade tangível para essas mulheres.

Assim, na falta do serviço de creche, as mulheres, especialmente as mais pobres, recorrem para essas chamadas redes de apoio no trabalho de cuidado de seus filhos e filhas. Nos relatos das mulheres entrevistadas, a “delegação” dos cuidados sempre acontece para outra mulher. Podendo se dar de forma voluntária, envolvendo principalmente as mães e avós das mulheres, e de forma remunerada, através da delegação para uma “pessoa de confiança”, que receberia uma remuneração ainda mais baixa comparada ao que a mãe costuma receber em seu trabalho. **Tereza**(Belo Horizonte, 45 anos, casada, 3 filhos) disse que apesar das dificuldades é preciso recorrer a esse tipo de serviço para garantir condições de vida melhores:

Tereza:A situação é delicada. Eu mesmo já passei por isso. Meus filhos ficaram na creche e às vezes eu tinha que pagar outras pessoas para estar olhando eles, porque hoje em dia nem todo mundo pode ficar por conta de criança em casa. Tem que procurar sair para trabalhar para dar o melhor para as crianças.

Assim, uma das estratégias utilizadas por essas mulheres na busca pela conciliação entre o trabalho pago e as responsabilidades com a casa e os filhos/as, tem sido a entrada no mundo do trabalho através da informalidade. Como argumenta Sorj et al (2007, p. 591), “essas ocupações não são reguladas pela legislação trabalhista e benefícios sociais não são garantidos, mas em muitos casos os horários, devido à maior informalidade, podem ser mais flexíveis, permitindo conciliar o trabalho com a vida doméstica”. Tanto que, como salienta a autora, o número de trabalhos informais diminuiu de 35% para famílias monoparentais de chefia feminina, para 32,5% quando há presença de outros parentes no arranjo doméstico (rede de apoio no mesmo domicílio).

A despeito das desvantagens do trabalho informal e das diversas condições de precariedade que ele envolve, parte das entrevistadas tende a relacioná-lo com a ideia de autonomia maior. Para **Viviane** (Distrito Federal, 36 anos, casada, 3 filhos), o trabalho informal “é bom, é bom porque você consegue se organizar melhor, com gasto, com o que você pode ou não fazer, com o que você pode ou não pode ter. Você aprende a lidar com seu limite, até onde você pode ir”. Além disso, o trabalho informal oferece uma possibilidade mais direta de gerar renda sem sair de casa. Esse é o caso de **Bruna**(Salvador, 28 anos, solteira, 2 filhos), que passou a trabalhar como manicure em casa, para conciliar atividade remunerada com o cuidado com o filho pequeno. Segundo

ela: “É, tipo assim, cada uma sabe das suas necessidades né. Eu preferi não, do meu segundo filho, não sair pra trabalhar agora, porque minha mãe tá trabalhando, não tinha ninguém, não tinha achado creche até então, até agora...”.

Por outro lado, o trabalho informal – o “bico” – também aparece como uma condição temporária, que deveria terminar assim que elas conseguissem um emprego. Emprego, como também apontado pela pesquisa de Giselle Santos (2014), ganha o significado de um trabalho com estabilidade, na maioria das vezes formalizado e, especialmente, em condições de trabalho mais dignas. Desse modo, podemos compreender a motivação de **Fernanda** (Porto Alegre, 26 anos, solteira, 2 filhos), que apesar do trabalho de diarista quinzenal, disse estar em busca de emprego. Para atingir esse objetivo, ela utiliza o benefício do Programa Bolsa Família para acessar o serviço de cuidado e garantir que as responsabilidades familiares não a impeçam de conseguir um emprego: “*eu faço uma faxina, de 15 em 15 dias, que [com o benefício] do Bolsa Família eu pago a creche porque eu estou procurando um emprego*”.

Apesar das tantas dificuldades apontadas pelas mulheres para permanecerem no mercado de trabalho, como a baixa escolaridade, pouca experiência e certos preconceitos que enfrentam, a conciliação com as responsabilidades com a casa e os filhos, bem como os obstáculos colocados pelo racismo, são os fatores que se destacam. Todavia, essas dificuldades não parecem ser desmotivadoras, já que boa parte dessas mulheres exercem algum tipo de trabalho remunerado. Estar no mercado de trabalho, especialmente de forma mal remunerada e em atividades desprestigiadas não é uma novidade para as mulheres negras. Como ressalta bellhooks (2015), essas mulheres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho e sempre tiveram que conciliar suas atividades com a família.

Por isso, hooks (2015) destaca que, enquanto certo feminismo demandava a presença de mulheres no mercado de trabalho, não se atentava para o fato de que as negras historicamente estiveram nesse local, e que suas demandas poderiam ser outras, como, por exemplo, não precisar ter trabalho remunerado. Na tese defendida por Davis (2016), as mulheres negras norte americanas, passaram do trabalho escravo para o trabalho doméstico, com baixas remunerações e condições de trabalho de pouca qualidade.

De certa forma, essa trajetória se assemelha ao caso brasileiro, em que o trabalho doméstico pago, fortemente caracterizado pela presença de mulheres negras, foi

reconhecido como profissão somente em 1970. Porém, o reconhecimento de todos os direitos trabalhistas demorou ainda mais e só no ano de 2013, com a aprovação da PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2013)⁵, ampliou-se a garantia de direitos trabalhista como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), limite de 44 horas semanais, pagamento de horas extras e adicional noturno para essas trabalhadoras (MACEDO, 2015). Essa lentidão no reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho de fato, coberto pela legislação trabalhista, exprime a desvalorização e o não reconhecimento desse tipo de atividade, especialmente por ser considerada “naturalmente” trabalho de mulher, dada a vinculação que se faz entre mulher e cuidado. Vale lembrar que a mudança na lei, ainda que fundamental, não significa uma mudança na realidade, e que as trabalhadoras domésticas ainda estão vulneráveis à não garantia de seus direitos na prática.

No geral, o trabalho pago para essas mulheres tem dois dos três significados que ele geralmente possui na sociedade contemporânea (DEDECCA, 2003 *apud* ARAÚJO, SCALON, 2005): (1) *status*, como um garantidor de realização pessoal e afirmação econômica e (2) necessidade econômica, enquanto instrumento que permite suprir partes de suas necessidades – já que muitas vezes as remunerações não garante nem as necessidades básicas. Mas não alcança a dimensão da identidade, relacionada a ideia de uma profissão ou carreira. Ainda que haja uma lógica desenvolvida a partir da individualização, o trabalho para essas mulheres continua a se vincular com as necessidades da família e a sobrepor responsabilidades.

Escolaridade como processo de conquista da autonomia

Considerando o eixo escolaridade no desenvolvimento de nossa análise, cabe-nos considerar, ainda que de maneira breve, a relevância da perspectiva histórica no sentido de possibilitar uma compreensão melhor contextualizada acerca da trajetória educacional das mulheres entrevistadas. Fúlvia Rosemberg (2012,p. 333-4) traz uma contribuição sobre o tema, ao destacar que “a educação das mulheres é fato recente e intenso”. Tal constatação, na argumentação da referida autora,

⁵ Emenda Constitucional 72/2013. Lei Complementar nº 150, de 1º junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 19 set 2018.

Provém do índice de analfabetismo de homens e de mulheres – informação que, desde o primeiro recenseamento brasileiro da população, o censo de 1872, até o de 1950, vem denotando uma realidade praticamente imutável: os índices de analfabetismo de mulheres eram vários pontos percentuais maiores que o dos homens (quase nove pontos em 1872). Uma redução gradual do diferencial foi ocorrendo a partir de então, até sua inversão detectada no início dos anos 1990.

De 1500 a 1827, ano da promulgação da Lei Geral de Ensino de 5 de outubro, a educação brasileira esteve restrita aos homens. Ainda assim, durante um longo período diversas restrições à educação formal e pública foram impostas às mulheres, a exemplo da segregação sexual nas escolas, com a interdição das escolas mistas; o impedimento à continuidade dos estudos secundários e superior; orientações metodológicas dos programas de ensino que partiam de um entendimento sobre a mulher sob uma perspectiva essencializante – como a vocação para o lar e a maternidade (ROSEMBERG, 2012).

Sem adentrarmos em mais detalhes sobre a trajetória histórica da educação das mulheres no Brasil e dando um salto para a conjuntura atual, podemos constatar, conforme editoria das estatísticas sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), que o analfabetismo no país diminuiu, mas ainda não bate a meta intermediária do Plano Nacional de Educação (PNE).

A meta nº 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n. 13.005, determinou a redução da taxa de analfabetismo para 6,5%, em 2015, e a sua erradicação até 2024. O país não cumpriu a primeira parte da meta. Em 2017, a taxa nacional de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0%, o equivalente a 11,5 milhões de analfabetos, ou 300 mil pessoas a menos do que em 2016 (7,2%). As regiões Centro-Oeste (5,2%), Sudeste e Sul (ambas com 3,5%) já estavam abaixo da meta nacional, enquanto que no Nordeste a taxa estava acima do dobro (14,5%) e no Norte era de 8,0%.

Com relação à variável geográfica, cabe observar a assimetria entre as cinco regiões brasileiras, com maiores índices concentrados nas regiões Norte e Nordeste, superando a média nacional de analfabetismo (7,2%).

Os dados gerais sobre a educação no Brasil são muito oscilantes, conforme demonstra a PNAD contínua 2017. O ano de 2017, em relação a 2016, apresentou recuos em relação às mulheres e à população preta e parda (IBGE, 2018).

As mulheres pardas e negras, entrevistadas nas cinco capitais, em sua maioria estudaram até o ensino fundamental completo. Seus relatos referentes ao tema da

educação revelam pontos em comum no que diz respeito à percepção sobre a importância da educação, por elas apontada quase que unanimemente como sendo de grande valor, a despeito de que não tiveram efetivamente a oportunidade de concluírem seus estudos. Foram poucos os casos de mulheres que concluíram o ensino médio e que chegaram a frequentar o ensino superior, sobretudo considerando o recorte de raça.

A expressão “ser alguém na vida” como atributo garantido pela educação formal aparece na fala de algumas das entrevistadas, curiosamente residentes em Salvador. Desse modo, ao afirmarem positivamente sobre a importância da educação, as entrevistadas complementam com argumentações como: “Pra ser alguém na vida, né? Estudar pra ver se consegue um trabalho digno, concluir o ensino médio é a coisa melhor...” (Salvador, 23 anos, EMI); “Pra quem sabe lá na frente ter algum futuro melhor, né?... melhorar a situação... a vida da pessoa ou ser alguém” (Salvador, 42 anos, EMI); “(...) Exijo muito da minha filha isso, que ela estude bastante, bastante pra ser alguém na vida” (Salvador, 31 anos, ensino fundamental incompleto); “(...) Porque [se] estudar é que a gente vai saber as coisas mais e se a gente quiser ser alguém melhor na vida tem que ter o estudo. Então, sem o estudo a gente não é nada” (Salvador, 43 anos, EMI).

A compreensão da educação formal como um dado muito importante, presente nos discursos dessas mulheres, está relacionada, dentre outros fatores, às dificuldades que encontram no acesso ao mercado de trabalho. Dessa maneira, a maior parte das mulheres negras e pardas entrevistadas relatou que se pudesse voltaria a estudar, seja para suprir o próprio sentimento de realização pessoal, conforme a ideia da educação como fator que proporciona “ser alguém na vida” ou pela possibilidade de entrar no mercado de trabalho, em particular no trabalho formal, já que ocorreram respostas frequentes que associam o trabalho à carteira assinada, ao seu aspecto formal, enquanto a percepção dessas mulheres acerca de suas atividades remuneradas é a de que tais ocupações são temporárias, conforme tratamos no eixo sobre trabalho.

Boa parte das respostas relacionadas à importância dos estudos se concentrou na relação da educação com a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho: “Pra aprender mais sobre tudo que está acontecendo, na vida tem que saber de tudo” (Salvador, 38 anos, EFI); “Porque pra tudo, pra você ter emprego melhor, você conversar melhor, pra melhor, falar direitinho, né? E principalmente o trabalho, ter um trabalho bom” (Salvador, 56 anos, EFI); “(...) eu acho que se eu estudasse mais tinha um bom

emprego, teria mais oportunidade, porque tudo pede 2º grau, experiência” (Salvador, 38 anos, EFI). Ainda assim, cabe ressaltar, também, o amplo sentido de aprendizagem e educação, pensadas também, por essas mulheres, em termos de possibilidade de criar melhor os filhos.

Os relatos individuais de cada uma das entrevistadas sobre sua trajetória de vida resultam em experiências comuns no que diz respeito ao fato de não terem tido a possibilidade de prosseguirem com os estudos. Isso, por sua vez, aponta para questões de ordem estrutural presentes em diversas interpretações voltadas para as desigualdades de acesso à educação no Brasil, sobretudo considerando as dimensões de gênero e de raça. Conforme Querino, Lima e Madsen (2011,p.130)

O cenário educacional no Brasil atual apresenta complexidades múltiplas e profundas. Tem-se um sistema ineficiente, de baixa qualidade e estruturado sobre uma base de discriminações e desigualdades cruzadas, de forma que não se pode analisá-lo sem um olhar capaz de incorporar e observar a pluralidade de variáveis que interferem em seu funcionamento.

Os autores supracitados fazem uma leitura dos indicadores do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça⁶, considerando o conceito de interseccionalidade (CREENSHAW, 2002), com destaque para a “realidade educacional das mulheres negras”. Dentre as conclusões a que chegam, ressaltam que

enquanto as mulheres dos grupos raciais minoritários não tiverem as mesmas oportunidades daquelas do grupo dominante, não há igualdade de gênero de fato. É necessário focar a diferença em nome de maior igualdade e garantir que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação dos direitos humanos das mulheres (QUERINO; LIMA; MADSEN, 2011, p. 146).

Considerando as narrativas de vida de nossas entrevistadas, particularmente as mulheres negras, há frequentes casos de abandono da escola por motivos de gravidez precoce e, conseqüentemente devido às dificuldades de conciliação dos estudos com cuidados com os filhos, além dos casos em que a dedicação ao trabalho remunerado se sobrepõe em detrimento dos estudos:

⁶ A pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 3a edição foi realizada por iniciativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

Thais: Sai porque comecei a trabalhar, achei um serviço depois das dez [horas] e fui trabalhar. [...] Era [trabalho] de atendente de lanchonete (Brasília, 20 anos, solteira, EFI, 2 filhos).

Viviane: Foi depois do meu segundo filho que eu tive que sair [da escola], porque eu tive que realmente me dedicar ao trabalho, pra poder sustentar (Brasília, 36 anos, casada, EFI, 2 filhos).

Alyne: Eu saí porque engravidei, mas foi assim porque eu quis mesmo (Brasília, 19 anos, casada, EFC, 1 filho).

Josiane: Eu, eu mesma só não terminei porque engravidei, mas eu penso em terminar meus estudos, porque, o mais importante é os estudos pra você poder conseguir um trabalho, uma profissão, porque agora tudo é baseado no estudo (Belém, 20 anos, união estável, EMI, 1 filho)

Luísa: Nos meus últimos anos de escola, aqui em Belo Horizonte, eu tive que sair porque meus meninos eram pequenos e eu tive que sair para cuidar deles (Belo Horizonte, 45 anos, casada, EMI, 3 filhos).

Márcia: Eu frequentei até a 8ª série. Rodei por um ponto, daí desanimei, não quis mais ir [à escola]. Aí resolvi trabalhar. O mercado de trabalho foi tranquilo, adorei todos os empregos que eu tive. Aí, conheci 9... o pai do meu primeiro filho, que é o mesmo do segundo. Daí a gente ficou dois anos juntos, daí resolvi engravidar (Porto Alegre, 26 anos, solteira, EFI, 1 filho).

Laís: Eu engravidei cedo e aí eu parei [...]. Aí, eu engravidei do primeiro filho, engravidei com 14, quase com 15. Com 16 para 17 eu engravidei de novo, dos gêmeos... (Salvador, 28 anos, união estável, EFI, 3 filhos).

Marina: A situação que tive, engravidei, não tive condições... estudei, estudava de noite, de dia trabalhava [em] casa de família, [ainda] menina, entendeu? Chegava e dormia no colégio todo dia. Fui várias coisas: fiz faxina, fui babá... (Salvador, 42 anos, solteira, EMC, 1 filho).

Solange: Eu saí da escola porque fui trabalhar, fui trabalhar e nesse tempo era muito difícil [conciliar] escola com trabalho (Salvador, 56 anos, solteira, EFC, 2 filhos).

A título de ilustração, recorremos à análise de Clara Araújo e Celi Scalón (2006) acerca de um *survey* realizado em 2003 com uma amostra representativa da população brasileira⁷, Embora o problema central das autoras esteja voltado para a conciliação entre

⁷ “O survey fez parte de uma pesquisa internacional que o ISSP – International Social Science Program – conduziu com o intuito de identificar as transformações que vêm sendo operadas nas relações de gênero, tendo por base as dinâmicas de conciliação entre a vida familiar e o trabalho pago” (ARAÚJO; SCALÓN, 2006: 45).

atividades de trabalho remunerado e atividades domésticas não remuneradas, do ponto de vista teórico suas análises podem nos elucidar a compreender, também, as percepções sobre o campo da educação e as implicações positivas na vida das mulheres em termos do reconhecimento da educação como valor relevante e necessário para o processo de autonomia. Isso porque, à luz de abordagens como as de Pippa Norris e Ronald Inglehart (2003)⁸ – autores que inspiram Araújo e Scalon – podemos refletir, também, sobre as condições estruturais e culturais que possibilitam uma melhor compreensão das narrativas das mulheres por nós pesquisadas. A ênfase na perspectiva de valores (INGLEHART, 1997) é interessante para possibilitar uma leitura acerca dos processos de destradicionalização, marcado pelos “valores pós-materialistas” (típicos de sociedades que alcançaram um nível satisfatório de bem estar social e de distribuição de riquezas) em detrimento dos “valores materialistas” (aqueles que implicam questões de sobrevivência).

A marcante desigualdade socioeconômica no Brasil pode ser empírica e estatisticamente verificada por meio da composição geral da população em termos hierárquicos, culminando em critérios fortemente estratificados de renda, ocupação, escolaridade, etc., em maior ou menor grau, em termos geográficos, revelando o conflituoso embate entre os valores materiais e valores pós-materiais presentes na sociedade brasileira. Levando em conta as dimensões de gênero, raça e classe, temos na composição de nossa amostra, para a presente análise, mulheres negras que não fazem parte de um modelo tradicional de família nuclear, já que um considerável percentual delas não conta com a presença de um cônjuge ou companheiro. Nesse sentido, estamos em conformidade com a concepção crítica de Elizabeth Jelín (1998), muito evidente empiricamente no caso brasileiro, acerca da dissolução da hegemonia da família nuclear na sociedade contemporânea, tendo em vista que, com as novas configurações dos grupos domésticos calcadas na presença cada vez mais crescente de mulheres chefes de família e num modelo de monoparentalidade feminina, as abordagens sobre a(s) família(s) vão se tornando cada vez mais complexas e desafiadoras.

Nesse sentido, torna-se possível inferir que as desigualdades de gênero e de raça, na esfera familiar, estão fortemente presentes, tendo em vista que essas mulheres negras

⁸ NORRIS, P. & INGLEHART, R. (2003), *Rising tide: gender equality & cultural changes around the world*. Nova York, Cambridge University Press.

se encontram em desvantagens materiais e de status em relação aos homens. Ana Maria Goldani (1997), por exemplo, chama atenção para o fato de que a localização das mulheres (e aqui evidenciamos as mulheres negras mais particularmente) na hierarquia social inferior à dos homens está fortemente presente em nosso contexto, ainda que possamos considerar a ocorrência de mudanças estruturais. Para Goldani, gênero, assim como raça e classe, se configura como um plural “sistema de desvantagens, que incluem arranjos socioeconômicos e retém crenças culturais a nível macro e atitudes adquiridas e identidades a nível individual” (GOLDANI, 1997, p. 8).

Para além das questões estruturais, pensar a partir das transformações do ponto de vista da cultura nos possibilita entender as dinâmicas sociais no que tange às relações de gênero. Em se tratando de educação, descrevemos sobre a importância que grande parte de nossas entrevistadas atribuem à educação. Incluindo o dado geracional, temos ainda exemplos de narrativas que destacam o reconhecimento e as vantagens da educação para a autoafirmação das mulheres, conforme a descrição abaixo:

Viviane: A minha [vida] foi um pouco melhor que a da minha mãe, porque eu acho que eu tive mais oportunidade que a minha mãe. Eu aproveitei mais que ela, porque eu tive mais instrução... Eu fui mais bem ensinada a aproveitar mais as oportunidades, minha mãe não. Ela era daquele tempo mais antigo, não tinha opinião própria, era mandada, tinha que fazer aquilo que mandassem. Então, eu já vim de uma geração, que você tinha mais opinião, mais escolha. Eu pude escolher muita coisa, a minha mãe, não! Ela foi criada pra fazer aquilo que mandavam. (Brasília, 34 anos, casada, EF, 3 filhos).

O trecho transcrito acima possibilita pensar em termos de valores pós-materiais, considerando a educação como um aspecto central para a autonomia feminina. Neste sentido, Araújo e Scalon (2006,p.47-8) sintetizam que

As mudanças nos estilos de vida de homens e mulheres, especialmente na fase de desenvolvimento pós-industrial, geram, também, transformações inevitáveis em termos de valores culturais. Tais valores operam como impulsionadores decisivos de diferenças geracionais dentro das mesmas sociedades e também de diferenças de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento político e econômico.

Mesmo considerando que boa parte das entrevistadas tenha ressaltado que tinham bom desempenho na escola, que gostavam de estudar, a ruptura com os estudos, devido às condições adversas, se impõe. Essas narrativas de vida corroboram com o princípio de que as desigualdades de oportunidades e de possibilidade de conclusão dos estudos são

afetadas pelas dimensões de gênero, de raça e de classe, conforme exemplificamos abaixo:

Rosa Maria: Eu era uma boa aluna, me dedicava quando era dia de prova, eu gostava de me focar na escola, só faltava quando eu estava doente, muito doente. Mas era uma boa aluna [na] escola, tirava notas boas (Belém, 25 anos, solteira, EFC, 1 filho).

Elizabeth: Sim, [me saía] muito bem. Nunca fui de tirar nota baixa, sempre foi nota alta (Belém, 20 anos, união estável, EMI, 1 filho).

Adriany: Tinha que andar seis quilômetros pra chegar na escola. O pouco que eu aprendi, que eu só tenho o ensino fundamental, como eu falei, acho pra mim [que] foi a melhor coisa que eu já consegui na vida (Belém, 43 anos, solteira, EFC, 1 filho).

Alzira: Estudava bastante, era aluna nota 10 na escola. Nunca tive reclamações (Brasília, 33 anos, solteira, EFC, 4 filhos).

Helenice: Passei muita humilhação, fome. Na minha época quando eu era nova eu passei muito aperto, não tinha uniforme, não tinha condições de comprar lápis, essas coisas... (Belo Horizonte, 34 anos, separada, EFI, 4 filhos).

As narrativas sobre suas expectativas de futuro, bem como sobre as expectativas de futuro de suas filhas e filhos também são reveladoras da importância que as entrevistadas atribuem à educação. Apesar de muitas das respostas se voltarem mais diretamente para a expectativa de adquirirem um emprego ou a possibilidade de ter a casa própria, foram consideráveis as referências à educação no que diz respeito à possibilidade de voltarem a estudar e o desejo de verem seus filhos formados na faculdade:

Jussara: Estudar, voltar a estudar, ter um emprego bom. Coisas que eu não passei, mas gostaria de fazer tudo hoje em dia” (Belo Horizonte, 28 anos, solteira, EFC, 1 filho).

Jandira: Eu imagino eles todos formados numa área melhor que a minha e tendo a casa própria deles, que tenham uma situação de vida melhor do que a minha (Belo Horizonte, 45 anos, casada, EMI, 3 filhos).

Eunice: Eu pretendo, sempre penso assim, estudar. Voltar a estudar que é o mais importante. (...) Tem que ter assim, ter uma condição de ter uma faculdade, estudar mais. (...) Mas meu sonho é ver minha filha formada (Salvador, 39 anos, solteira, EMC, 1 filho).

Estudos sobre estratificação social e mobilidade social no Brasil constatarem que a escolaridade dos pais influencia diretamente na ascensão social e profissional do

brasileiro. Nossas entrevistadas, considerando as cinco capitais pesquisadas, são em sua grande maioria, filhas de pais e mães que cursaram o ensino fundamental incompleto ou mesmo nem chegaram a frequentar a escola. As oportunidades de acesso à educação, sobretudo em relação às mulheres negras, de classe baixa, são consideravelmente restritas. O Programa Bolsa Família, entretanto, pode ser visto como uma política de incentivo à educação dos filhos e filhas dessas mulheres beneficiárias, proporcionando a possibilidade de sua manutenção na escola.

Considerações finais

Compreendemos que a problematização concernente às relações entre agência e individualidade emerge como possibilidade para o desenvolvimento de reflexões sobre a autonomia feminina em contextos de pobreza. Do ponto de vista teórico, optamos partir da perspectiva realista, ou morfogenética, de Margaret Archer (2000; 2011) por entendermos que tal concepção, por sua abordagem mais fluida acerca da relação entre estrutura e agência nos possibilita estabelecer conexões possíveis por meio de outras abordagens no campo das Ciências Sociais, para a efetivação de uma leitura analítica sobre a autonomia das mulheres. Dessa maneira, a abordagem das capacidades (NUSSBAUM, 2002) e a perspectiva feminista – particularmente a do feminismo negro – emergiram como teorias auxiliares para desenvolvermos reflexões e interpretações sobre as percepções que nossas entrevistadas – mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e residentes em cinco capitais das diferentes regiões brasileiras – apresentam sobre suas trajetórias e aspirações de vida. Fizemos a opção por uma leitura do repertório de narrativas dessas mulheres, a partir de um recorte de raça (selecionando somente as respondentes que se identificaram como negras, pretas e pardas) adotando o ponto de vista interseccional considerando, assim, as dimensões de gênero, raça e classe.

Os eixos trabalho (do ponto de vista material) e educação (do ponto de vista simbólico) foram analisados prioritariamente pelo fato de se constituírem como relevantes categorias para a produção da autonomia das mulheres negras em situação de pobreza. Ainda que a maior parte dessas mulheres negras por nós entrevistadas enfrente as barreiras do mercado de trabalho, exercendo em grande parte atividades no setor informal e também não tenham tido a possibilidade de obterem um nível de educação formal mais elevado, entendemos que elas desempenham sua agência e atribuem devido

e consciente valor à autonomia que julgam ter conquistado, a despeito de se sentirem mais “privilegiadas” do que a geração de suas mães.

As práticas sociais das mulheres que participaram da nossa pesquisa revelam como, nesses contextos demarcados por gênero, raça e classe, emergem e atuam diferentes formas de poderes: pessoais, culturais e estruturais. A emergência desses poderes pessoais está demarcada na autopercepção que essas mulheres têm sobre suas próprias trajetórias. Elas exibem narrativas pelas quais apreendem a autoafirmação como sujeitos ou agentes. Elas realizam escolhas, ou tomam decisões, mesmo com leque limitado de opções e mesmo com preferências adaptativas. Elas constroem estratégias e planejam, ou aspiram, ações para o futuro, sejam para si ou para seus filhos. Portanto, em um sentido *lato*, elas têm projetos. Em várias circunstâncias suas decisões são deliberações reflexivas e elas se mostram dotadas de habilidades para, ora driblar, ora resistir, aos condicionantes culturais e estruturais.

À luz da perspectiva realista de Archer (2011, p. 166) podemos afirmar que “as influências condicionantes das propriedades estruturais e culturais exercem seus poderes na forma de constrangimentos [como também de] incentivos”. Os constrangimentos são manifestos em situações diversas, como os casos relatados de ausência e descompromisso dos pais de seus filhos que não prestam apoio material e/ou emocional, nem dividem as atividades de cuidados com os filhos; as inúmeras dificuldades encontradas no mercado de trabalho, seja em função do baixo nível de escolaridade, seja em relação à própria condição de ser mulher pobre, para quem as atividades remuneradas informais surgem como única alternativa; as árduas condições econômicas que impõem dificuldades de ordens diversas, obrigando-as a um planejamento mais rigoroso e um maior controle dos gastos em relação ao seu orçamento familiar. As experiências nos nossos campos de pesquisa confirmam que para essas mulheres, pobres e negras, o trabalho remunerado não se configura como alternativa ao trabalho doméstico, mas sim como acréscimo a ele. Tal questão vem sendo debatida por pesquisadoras feministas invocando a importância do tema da conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Essas demandas colocam novas questões para o bem-estar social e para o desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ARCHER, Margaret S. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 6, p. 51-75, 2000.
- _____. Habitus, reflexividade e realismo. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, 2011.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.21, n.62, p.45-68, 2006.
- _____. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____ (Orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2005.
- BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 15, p. 37, 2014.
- _____. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, 2016.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, n.1, v.31, p. 99-127, jan./abr., 2016,.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FLICK, Uwe. *Introdução a pesquisa qualitativa*. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRIEDAN, B. *Mística feminina: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas*. Tradução Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GOLDANI, Ana Maria. *Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades*. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016.
- HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 2ª Edição, 2010.
- HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.
- _____. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Massachusetts: South End Press Cambridge, 2000.
- _____. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

IBGE. PNAD Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em 12/09/2018.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and portmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton University press, 1997.

JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1998.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex)empregada doméstica. *Revista Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p.184-207, Jul./Dez. 2015

NUSSBAUM, M. *Las mujeres y el desarrollo humano*. Barcelona: Herder Editorial, 2002.

PINHEIRO et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. *Nota Técnica n. 24*. Brasília, março de 2016.

QUERINO, Ana Carolina; LIMA, Cleiton Euzébio de; MADSEN, Nina. Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade. In: BONETTI, Alina de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (orgs.) *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011, p. 129-148.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. 3^a ed. Revisão Técnica: Álvaro de Vitta. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres, educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bossanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359.

SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. Gênero, *Desenvolvimento e Programa Bolsa Família: Direitos Reprodutivos, Trabalho e Projetos de Vida de Mulheres do Coque (Recife/PE)*. 226p. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos feministas*, p. 35–50, 2004.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SORJ, Bila et al. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.